



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Acumulação, Estado e financeirização: perspectivas críticas sobre o desenvolvimento

Narrativas desenvolvimentistas na mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha (MG)

Alice Maria Gomes Santos¹
Aline Faé Stocco²

Resumo: Esta pesquisa visa analisar como empresas mineradoras de lítio no Vale do Jequitinhonha-MG utilizam o discurso de geração de empregos para legitimar sua atuação e consolidar processos de dominação territorial. Inserida no contexto da expansão da mineração associada a “transição energética”, a investigação evidencia como essa narrativa é articulada por instituições públicas e privadas para atender projetos desenvolvimentistas baseados na extração mineral e na acumulação de capital. O estudo busca desconstruir os mitos de geração de emprego e desenvolvimento local, demonstrando como essas estratégias são tentativas de encobrir impactos socioambientais. Metodologicamente, combina abordagem quali-quantitativa com revisão bibliográfica, análise de discurso e documental.

Palavras-chave: mineração; trabalho; Vale do Jequitinhonha.

Developmentalist narratives in lithium mining in the Jequitinhonha Valley (MG)

Abstract: This research aims to analyze how lithium mining companies in the Jequitinhonha Valley (MG) utilize the discourse of job creation to legitimize their operations and consolidate processes of territorial domination. Set against the backdrop of mining expansion associated with the "energy transition," the investigation highlights how this narrative is articulated by public and private institutions to serve developmentalist projects based on mineral extraction and capital accumulation. The study seeks to deconstruct the myths of job creation and local development, demonstrating how these strategies are attempts to mask socio-environmental impacts. Methodologically, it combines a qualitative-quantitative approach with a literature review, discourse analysis, and documentary research.

Keywords: mining; labor; Jequitinhonha Valley.

1. Introdução

Esta análise apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado e dos projetos de pesquisas intitulados “Descarbonização e Transição Energética: grandes projetos de mineração convencional e estratégica, geração concentrada de energia solar e os efeitos sobre os lugares em Minas Gerais”, “Transição energética, minerais críticos e o avanço da fronteira mineral nos territórios do Vale do Jequitinhonha e da Zona da Mata, em Minas Gerais”, e “Comunidades Locais, Indígenas, Quilombolas e Tradicionais e a

¹ Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Email: alice.gomes@ufvjm.edu.br

² Doutora em Política Social. Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Email: aline.stocco@ufvjm.edu.br

construção do “Vale do Lítio” em Minas Gerais, Brasil: Empoderando vozes silenciadas na transição energética (LIQUIT)”³. A investigação concentra-se em compreender como empresas privadas de mineração de lítio no Médio Jequitinhonha, em Minas Gerais⁴, Brasil, utilizam-se do discurso de geração de emprego para fomentar sua dominação territorial.

O Vale do Jequitinhonha vivencia uma ampliação de atividades minerárias relacionadas ao lítio, sobretudo pela presença de grandes corporações multinacionais, materializadas tanto pelas instalações de plantas industriais, quanto por processos minerários (Oliveira; Sulzbacher, 2024). Tal crescimento está associado à retórica global da “transição energética” e a necessidade de substituição de combustíveis fósseis por energia “limpa” e/ou renovável (ANEEL, 2025)⁵. Todavia, esse discurso vem sendo instrumentalizado, principalmente, pelo setor privado, vinculado às grandes cadeias de produção de lítio a partir da lógica de acumulação do capital na esfera nacional e internacional. Sob essa perspectiva, dentro da concorrência intercapitalista, o que importa é a extração e a exportação de matéria prima, bem como a maximização da produção de mais-valia ao menor custo possível, de modo que a taxa de lucro seja sucessivamente expandida (Deneault, 2018). Concomitantemente, o Estado brasileiro tem favorecido a entrada desses empreendimentos, flexibilizando legislações ambientais, concedendo incentivos e subsídios fiscais e financeiros e ampliando a infraestrutura necessária às atividades minerárias (Oliveira *et al*, 2025).

O discurso em torno da geração de empregos tem sido mobilizado por agentes públicos e instituições privadas que visam garantir a instalação de mineradoras de lítio no território aqui analisado. A partir de um ideário desenvolvimentista, a mineração é colocada como a única alternativa de desenvolvimento econômico e social da região, dado o potencial de geração de postos de trabalho e de renda local. Entretanto, essa narrativa apresentada por segmentos sociais pró-mineração se constrói mediante o entrelaçamento de alguns mitos em relação aos megaempreendimentos transnacionais do

³Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), referente aos projetos APQ-05068-24 e APQ-04281, e a *The British Academy* pelo aporte financeiro concedido, que possibilitou a realização deste estudo.

⁴O Vale do Jequitinhonha está localizado na região nordeste do estado de Minas Gerais, Brasil, e comumente é subdividido entre baixo, médio e alto Jequitinhonha.

⁵A transição energética no Brasil. Agência Nacional de Energia Elétrica, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/transicao-energetica/a-transicao-energetica-no-brasil> Acesso em: 30 abr. 2026.

setor minerário. A saber: 1) a mineração se instala em regiões “isoladas” e “atrasadas”, produzindo impactos “positivos” em economias locais que não possuem outras atividades econômicas relevantes e que resultam em elevação do nível de vida da população; 2) cria empregos diretos e indiretos para a população local, “promovendo” crescimento econômico nas localidades em que se instalam (Machado et. al., 2012). Por isso, esse trabalho tem por objetivo desmontar tais mitos, a partir do contexto local dos municípios de Araçuaí/MG e Itinga/MG, e demonstrar que essa construção discursiva é utilizada como forma de legitimar as atividades dos empreendimentos na região, buscando silenciar os efeitos negativos da mineração de lítio sobre as comunidades, assim como aqueles ligados a dimensão ambiental.

O desenho metodológico envolveu revisão bibliográfica sobre as relações de trabalho e geração de emprego na região do Médio Jequitinhonha. Além disso, contou-se com a análise documental de vídeos e publicações disponibilizados em redes sociais e sites institucionais, bem como relatórios das empresas e entrevistas de seus representantes, documentos públicos governamentais e entrevistas de agentes públicos para jornais e mídias. Também foram utilizados dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho, através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Também foram analisadas as participações de trabalhadores(as) das empresas em audiências públicas realizadas no âmbito de processos de licenciamento ambiental⁶. Por fim, o trabalho está estruturado em dois tópicos: 1) Desmistificando o mito do atraso e da miséria nos territórios do Vale do Jequitinhonha e 2) Desmontando o mito da mineração de lítio sobre a geração de empregos e a elevação do nível de vida local

2. Desmistificando o mito do atraso e da miséria nos territórios do Vale do Jequitinhonha

Para compreendermos o atual contexto das relações de trabalho associadas à mineração de lítio no Médio Jequitinhonha, torna-se necessário, inicialmente, a realização de um breve resgate histórico acerca dos processos que antecedem essa

⁶ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sendo devidamente aprovada através do número do parecer: 8.054.722.

dinâmica. Assim, neste tópico, traremos uma contextualização histórica das relações de trabalho no Vale do Jequitinhonha.

Historicamente, os territórios que atualmente engloba o chamado Vale do Jequitinhonha⁷ eram ocupados por grupos indígenas conhecidos como Borun e foram retratados pelos primeiros viajantes da região como possuidores de lindas paisagens e de abundante biodiversidade (Soares, 2010; Sulzbacher *et al*, 2025). Após a invasão portuguesa, a região, rica em minerais preciosos, foi integrada ao projeto colonial a partir do final do século XVII, com a instalação de empreendimentos minerários de extração de ouro e diamantes onde, hoje, estão os municípios de Serro e Diamantina, próximo à nascente do rio Jequitinhonha. O interesse dos portugueses pelos minerais de alto valor na Europa e a formação da chamada “roça grande” conduziram o avanço da ocupação colonial para as terras situadas na porção média do rio, em que, já no final do século XVIII encontrou a frente de ocupação vinda do sul da Bahia, impulsionada pela pecuária (Martins, 2008).

Associadas às atividades de mineração, foram emergindo o comércio e atividades agrícolas e de pecuária que promoveram a integração dos territórios da cabeceira do rio com os territórios da porção média e baixa, sendo que, a ocupação desta última, se deu quase cem anos depois, com a instalação de quartéis militares em função da chamada “Guerra Justa” que promoveu o genocídio dos indígenas da região e permitiu aos colonos expropriarem as terras, anteriormente, ocupadas pelos indígenas (Souza, 2022).

O funcionamento dessa dinâmica econômica foi sustentado pelo trabalho de pessoas escravizadas, trazidas, de maneira coercitiva, de diferentes lugares do continente africano. Cabe destacar que, ainda durante a vigência do trabalho cativo, diversos quilombos, compostos por pessoas que fugiam do trabalho forçado e/ou ex-escravizados foram sendo organizados na região. Os indígenas que sobreviveram ao massacre promovido pela coroa portuguesa, também passaram a viver nas bordas das grandes fazendas, realizando trabalhos ou produzindo artesanatos como forma de resistir e garantir sua reprodução social (Soares, 2010).

⁷ Essa designação passou a ser utilizada a partir da década de 1960 em um processo de regionalização promovido pela figura do Estado (Souza; Stocco; Sulzbacher, 2024).

Após a promulgação da Lei de Terras, em 1850 e, posteriormente, com o fim do trabalho escravo no Brasil, uma forma específica de mobilização de força de trabalho para o processo de acumulação do capital foi estabelecida: a relação de agregação. Como retoma Leite (2015), no século XIX, o Brasil possuía dois obstáculos que impediam a passagem direta do trabalho escravizado para o assalariamento clássico: 1) maior possibilidade dos(as) trabalhadores(as) ocuparem terras livres e trabalhar para si mesmo, e; 2) a ausência de um elevado contingente de trabalhadores(as) para constituir a superpopulação relativa necessária ao rebaixamento dos salários e para a lucratividade do capital. Assim, no sistema de agregação, o fazendeiro permitia ao trabalhador camponês se instalar nas margens de suas propriedades e produzir a própria subsistência no interior da fazenda, mas mantendo-se permanentemente à disposição do fazendeiro e das necessidades de expansão da fazenda e da produção de mercadorias que atendiam ao mercado interno e externo (Moura, 1988).

Essa estratégia possibilitava não só a expansão física dessas propriedades, que inclusive eram oriundas de terras devolutas, mas também no preparo da terra para a criação do gado, garantindo a força de trabalho necessária ao processo de acumulação de capital por meio da produção de mercadorias, sem a necessidade de pagamento de salários (Leite, 2015). Dessa maneira, o monopólio da terra, aliado ao uso da violência simbólica, criou as condições para a subordinação dos(as) trabalhadores(as) ao capital, de modo que esses sujeitos dependiam dos fazendeiros para garantir condições de moradia e cultivo.

Essa estrutura, muitas vezes apresentada como uma relação de favor e troca, acabava escamoteando a relação de exploração dos(as) trabalhadores(as), que além de produzirem a cesta de bens e serviços necessários à própria subsistência e de sua família ficavam, de maneira permanente, à disposição do proprietário da terra (Leite, 2015). Com isso, longe de serem resquícios de um modo de produção pré-capitalista, para a autora, desde os tempos da colonização e com maior aprofundamento ao longo do período imperial, o trabalho camponês e as formas de ocupação da terra na região já faziam parte do desenvolvimento capitalista, que, em última instância, tencionava a produção de mercadorias e a acumulação de capital.

A partir do início do século XX, com o processo de reestruturação das grandes fazendas devido à criação extensiva de gado, intensificou-se o processo de expulsão em massa dos(as) camponeses(as) dessas propriedades (Leite, 2015). Fazendo o uso de diferentes arranjos para o acesso à terra, esses grupos foram compelidos a ocupar áreas que, muitas vezes, mostravam-se incapazes de assegurar a reprodução social e material das famílias camponesas, tanto em termos de extensão quanto de qualidade (Leite, 2015). Em muitos casos, o uso comum das chapadas localizadas no Vale do Jequitinhonha se tornou essencial para garantir os meios de manutenção das condições de vida, inclusive, com pequenas criações de gado (Leite, 2015). Nesse contexto, a migração temporária para trabalhos sazonais assalariados em grandes centros urbanos e plantações agrícolas no centro-sul do país foi se desenvolvendo como uma estratégia de sobrevivência dos(a) trabalhadores(a) rurais e camponeses da região (Leite, 2021).

A migração, porém, se intensificou a partir de 1960, quando a instalação de grandes empreendimentos ligados à monocultura de eucalipto, impulsionados por políticas de Estado, inclusive para responder o estigma de “pobreza” da região, aprofundou a expropriação das terras, em especial das chapadas, e impôs um processo de degradação ambiental com diminuição do volume hídrico dos rios e nascentes, além do empobrecimento e contaminação do solo (Almeida, 2018; Leite, 2021).

Para Leite (2015), a migração temporária surge, então, como um mecanismo que conecta a expropriação de terras e a crise de subsistência local à necessidade de mão de obra barata no país. Pois, com parte dos custos de reprodução do(a) trabalhador(a) eram garantidos por meio da produção para o autoconsumo em pequenas e insuficientes propriedades rurais da região do Vale do Jequitinhonha, as empresas do centro-sul puderam pagar salários extremamente baixos aos(as) trabalhadores(a) migrantes. Assim, longe de representarem relações de “atraso”, essa forma de inserção no mercado de trabalho nacional e de manutenção do modo de vida camponês na região, se constituiu em uma estratégia da chamada modernização conservadora do Brasil, que permitiu a sobrevivência precária do camponês na terra enquanto fornecia força de trabalho barata ao processo de desenvolvimento industrial e agrícola do centro dinâmico do país, favorecendo o processo de acumulação do capital.

Mais recentemente, com os processos de modernização das cadeias produtivas do agronegócio e, conseqüentemente, na redução de trabalho vivo, o Vale do Jequitinhonha experienciou um processo de recampanização. A criação de políticas sociais voltadas à agricultura familiar e a retomada de territórios tradicionais, em certa medida, possibilitou com que parte dos(as) trabalhadores(as) retornassem para a região. Todavia, essas iniciativas estatais não foram suficientes para responder, por exemplo, a concentração fundiária historicamente constituída desde o período colonial, nem mesmo os processos contínuos de expropriação decorrentes de políticas desenvolvimentistas (Leite, 2021). Pelo contrário, se estabelece no território dinâmicas que aprofundaram as desigualdades sociais, uma vez que o acesso à terra passou a ser mediado pelo dinheiro, e na precarização das condições de trabalho atravessadas pelo modo de produção e reprodução capitalista. Esse cenário cria um contexto favorável para a expansão da mineração e terreno fértil para o uso da narrativa em torno do desenvolvimentismo.

3. Desmontando o mito da mineração de lítio sobre a geração de empregos e a elevação do nível de vida local.

A mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha ocorre desde 1991 com a atuação da Companhia Brasileira de Lítio (CBL), responsável pela exploração de pegmatitos litiníferos na Mina Cachoeira⁸. Todavia, a partir do ano de 2021 e 2022, em um contexto de flexibilização das normas relacionadas à exportação do mineral⁹ e incentivos para a expansão do setor diante da crescente demanda por energia “limpa”, o território passa a experienciar um crescimento acelerado de processos minerários e da implementação de plantas industriais por empresas multinacionais, como a *Sigma Lithium* e *Atlas Lithium* (Observatório dos Vales e Semiárido Mineiro, 2024; Souza, 2022).

Dentro desse quadro, houve uma forte ofensiva publicitária promovida por setores públicos, privados e pela mídia hegemônica em torno da ampliação do mercado de trabalho associado à mineração de lítio no Médio Jequitinhonha. Esse movimento pode ser identificado nos próprios portais oficiais do Governo do Estado de Minas

⁸ A Mina Cachoeira está localizada entre os municípios de Araçuaí-MG e Itinga-MG. Além disso, a CBL realiza o beneficiamento do concentrado de lítio no município de Divisa Alegre-MG.

⁹ Essa questão pode ser observada, por exemplo, pela promulgação do Decreto nº 11.120, de 5 de julho de 2022 que abriu as fronteiras de exportação de lítio.

Gerais, sobretudo após o lançamento do Projeto “Vale do Lítio”¹⁰, apresentado como um plano “econômico-social” voltado ao desenvolvimento das regiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Norte de Minas por meio de geração de emprego e renda através da indústria mineral (Agência Minas, 2023). Segundo o relatório elaborado pela SEDE (2025), “[...] o Vale do Lítio é, acima de tudo, uma oportunidade de transformar a riqueza mineral em qualidade de vida, geração de empregos qualificados e valorização das comunidades locais, garantindo que os benefícios da transição energética também alcancem quem mais precisa”, falaremos sobre as contradições que permeiam essa premissa ao decorrer desta análise. São diversas as matérias que, de forma enérgica, elevam essa iniciativa, associada tanto ao fomento de inovação tecnológica quanto a ampliação da infraestrutura regional, além da consolidação de parcerias com empresas do setor minerário, enfatizando, em sua maioria, as oportunidades de trabalho (Agência Minas, 2023; 2024; 2025; Invest Minas, 2024; SEDE, 2025).

Além disso, a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE-MG) em conjunto com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE-MG) tem promovido no território, por meio do Programa “Minas Forma”¹¹, ações de capacitação profissional voltadas a inserção de trabalhadores(as) na mineração de lítio. Contudo, nota-se que os cursos, majoritariamente, concentram-se em atividades de baixa qualificação e servem, em certa medida, para responder às demandas imediatas dos empreendimentos minerários. Uma vez alterada a conjuntura, considerando as dinâmicas de expansão e retração dos setores minerários, essas especializações não garantem o acesso a longo prazo desses(as) trabalhadores(as) ao mercado de trabalho local.

Na mesma linha, a canadense *Sigma Lithium*, com operações na Mina Grota do Cirilo, em Araçuaí-MG e Itinga-MG, por exemplo, destaca em seu site oficial e em suas redes sociais os seus projetos chamados “Volta ao Lar” e “Juntos no Emprego”. Segundo a empresa, essas ações teriam como objetivo reinserir no mercado de trabalho

¹⁰ O projeto “Vale do Lítio” ou “*Lithium Valley Brazil*” foi lançado pelo Governo de Minas Gerais, em 2023, durante evento realizado na bolsa de valores Nasdaq, em Nova York. A proposta engloba 17 municípios localizados na região nordeste e norte de Minas Gerais e foi apresentada como uma estratégia voltada para a atração de investimentos ligados à cadeia produtiva do lítio.

¹¹ Minas Forma. SEDESE, 2026. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/trabalho-e-emprego/educacao-profissional/minas-forma#industria> Acesso em: 06 mai. 2026.

da região trabalhadores(as) que haviam migrado pela escassez de ocupações disponíveis. A corporação, ainda, afirma que 85% da sua força de trabalho é composta por moradores(as) do Vale do Jequitinhonha (*Sigma Lithium*, 2026). Já em um post em rede social, no ano de 2025, a *Sigma Lithium* reiterou seu papel no “desenvolvimento econômico e social” ao declarar que tem construído “um futuro de oportunidades” ao empregar 1.550 trabalhadores(as) diretos e 20.000 indiretos (*Sigma Lithium Corp.*, 2025)¹². Complementarmente, é oportuno mencionar que, durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), ocorrida em 2025, em Belém-PA, a CEO da corporação pontuou em entrevista concedida durante o evento que:

No Vale do Jequitinhonha, quem é que trabalha na nossa indústria *greentech*, que é a planta mais moderna de lítio do mundo? Ela é automatizada, digital e tem um algoritmo nosso, que usa um *bot*, que é um *IA*. Nós treinamos aquela geração perdida do Vale, que eram mulas de água, as crianças que não tinham escola. [...] Elas passavam o dia, não tinham aula, carregando água da cisterna pública para casa, da casa para a cisterna pública. Nós instalamos caixa d'água, abrimos quatro escolas e essa crianças não foram educadas, foram trabalhar no bananal. Nós pegamos a mão de obra do bananal e treinamos para ser operador de planta [...]. (EM, grifo nosso, 2025)¹³

Embora a Sigma tente projetar uma imagem de responsabilidade social e ambiental em seus meios de comunicação, essa declaração demonstra como a multinacional produz estigmas sociais acerca da população do Vale do Jequitinhonha, desconsiderando seus modos de vida e sua organização social. A representante, ao classificar esses trabalhadores(as) como uma suposta “geração perdida” e reduzi-los à condição de força de trabalho que deve ser treinada para atuar como “operadores de planta”, apenas constata, de forma explícita, como as grandes corporações internacionais visualizam a mão de obra de países dependentes, a partir de um paradigma de subalternidade.

As questões apresentadas marcam como as narrativas em torno da geração de empregos têm ocupado um papel central no contexto aqui analisado e compõe parte das estratégias organizadas por grandes corporações para viabilizar a sua instalação nos territórios. Para Acseirad (2018), as multinacionais, particularmente aquelas que

¹²Construindo um futuro de oportunidades [post]. *Sigma Lithium Corp*, LinkedIn, 2025. Disponível em: https://pt.linkedin.com/posts/sigma-lithium-resources_gera%C3%A7%C3%A3odeempregos-desenvolvimentoregional-activity-7273060644709425152--T2I Acesso em: 07 mai. 2026.

¹³ O vídeo pode ser assistido através da matéria produzida pelo Estado de Minas. “Mulas de água”: CEO de mineradora causa revolta ao falar de mineiros. Estado de Minas, 2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2025/11/7295369-mulas-de-agua-ceo-de-mineradora-causa-revolta-ao-falar-de-mineiros.html> Acesso em: 07 mai. 2026.

dependem da exploração intensiva dos recursos naturais, desenvolvem táticas para consolidar o seu domínio territorial através da “gestão social” com a implementação de programas e projetos sociais que possam proporcionar diferentes vínculos com as comunidades do entorno das operações. Isto é, esses atores buscam a chamada “licença social” para operar, principalmente, diante da possibilidade de mobilização social frente aos conflitos socioambientais intrínsecos a essa atividade econômica.

Um elemento que pode nos ajudar a compreender essa lógica são audiências públicas solicitadas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), ocorridas nos municípios de Araçuaí e Itinga no ano de 2025, referente aos processos de licenciamento ambiental para a expansão e implementação de projetos da *Sigma Lithium* e *Atlas Lithium* no território.

Como apontado em nota técnica elaborada pela equipe de pesquisadores(as) do projeto LIQUIT (2025), as audiências relacionadas às atividades da *Sigma Lithium* foram marcadas por disputas pelo uso da fala e do poder das narrativas. Durante o encontro, trabalhadores(as) diretos e indiretos, bem como representantes de projetos sociais por ela patrocinados, ocuparam de forma significativa os espaços disponibilizados para manifestações individuais, apresentando relatos pessoais associados a oportunidade de emprego proporcionada pelo empreendimento, o que contribuiu para o deslocamento das discussões relacionadas aos impactos socioambientais da atividade minerária (LIQUIT, 2025). Abaixo, apresentamos duas falas de trabalhadores(as) registradas durante as audiências, no qual decidimos por preservar as identidades.

[...] Eu sou natural de Araçuaí, Minas Gerais. Eu sou engenheiro de segurança do trabalho há 11 meses na empresa. [...] Inimaginável talvez seja o adjetivo que melhor se enquadre na realidade de nós jovens aqui do Vale do Jequitinhonha. Na nossa realidade nós fomos doutrinados a sair de casa muito cedo para ir trabalhar, para ir estudar. E a gente tinha duas realizações. Uma era a realização econômica e a outra realização profissional. Mas, talvez das realizações mais importantes, seria essa realização sentimental e pessoal. E essa realização a Sigma tem proporcionado a todos os jovens aqui do Vale do Jequitinhonha. Eu faço parte de um dos 1500 empregos diretos criados, sendo 85% dessa mão de obra local [...]" (trabalhador da Sigma, Audiência Grota do Cirilo)

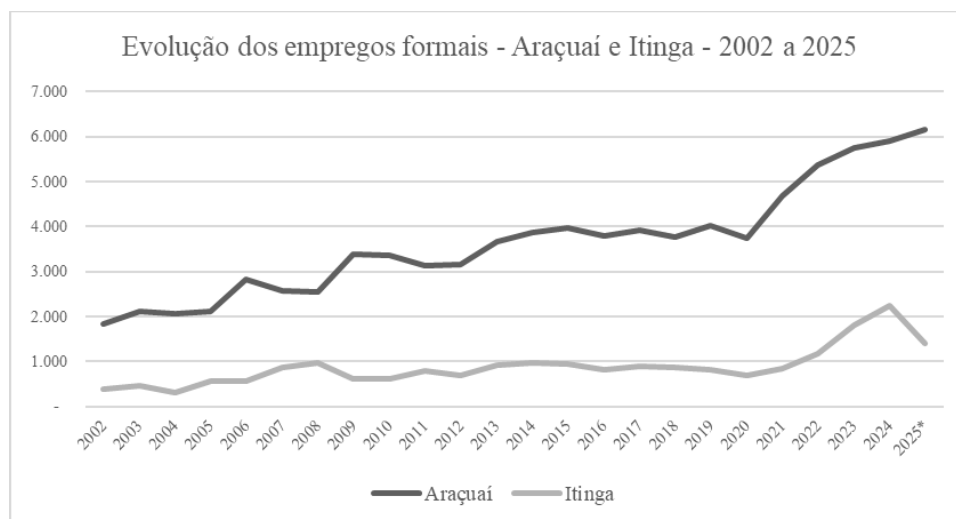
[...] Sou analista ambiental na Sigma. Sou filha de produtores rurais, nascida e criada na zona rural do município de Araçuaí [...] Aqui eu vou falar não só sobre empresa, mas sobre realização de sonho. Desde o início da inserção da SIGMA na região, lá no início, no primeiro processo de licenciamento, eu recorde de ter participado de uma das primeiras reuniões da SIGMA na comunidade Ponte do Piauí. E, foi ali que eu abri meus olhos e vi que eu estava

diante de uma, de um futuro, que eu precisava me adentrar nesse mercado. E aí, em 2018 eu ingressei na graduação de área agrícola ambiental. Em 2022 no curso técnico de mineração. E, aqui, deixando o meu reconhecimento ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, campus Araçuaí, que me proporcionou essa formação. Não só a mim, mas a diversos jovens da região que estudam ali. Durante o curso técnico de mineração, o que eu pude observar que meus colegas mesmo antes de concluir a formação eles estavam conseguindo adentrar no mercado de trabalho. E aí vem a reflexão: Se não tivesse a mineração formal na região, teria o curso técnico em mineração no Instituto Federal? Esses alunos teriam estudado e teriam tido a oportunidade de adentrar no mercado de trabalho? Talvez teriam sido todos excluídos. Então o que eu vejo é: a SIGMA, sim, desempenha o desenvolvimento social e econômico da região, valorizando a mão de obra local, inserindo esses jovens, eu entrei na SIGMA com 23 anos, considero bem jovem. Então, agradeço muito a confiança de acreditar nos talentos regional, de acreditar na força de trabalho do pessoal do Vale do Jequitinhonha, que tem muita vontade, tem força e tem coragem para enfrentar todos os desafios. É isso". (trabalhadora da Sigma, Audiência Grota do Cirilo).

Manifestações como essas, são operadas pelas empresas como mecanismos de constrangimento e silenciamento sobre os(as) moradores(as) atingidos(a) que desejavam realizar as denúncias sobre danos causados e registrar preocupações com a ampliação dos empreendimentos. A estratégia adotada pela empresa durante a audiência, ao mobilizar trabalhadores(as) para legitimar a atuação do empreendimento, também escancarou uma relação profundamente desigual entre duas classes: enquanto uma depende objetivamente da venda da força de trabalho para garantir sua subsistência e reprodução social, a outra depende justamente da exploração dessa força de trabalho para apropriar-se da mais-valia produzida e assegurar a ampliação do capital (Marx, 2011).

Tendo em vista a centralidade dos discursos que associam a expansão do mercado de trabalho à indústria mineral de lítio, é relevante analisar a série histórica dos índices de emprego formal nos municípios de Araçuaí e Itinga. O gráfico a seguir, que compreende o período de 2002 a 2025, oferece um panorama da criação de empregos nessas localidades, permitindo identificar as flutuações geradas pelo ciclo mineral a partir de 2022.

Gráfico 1 – Evolução dos empregos formais

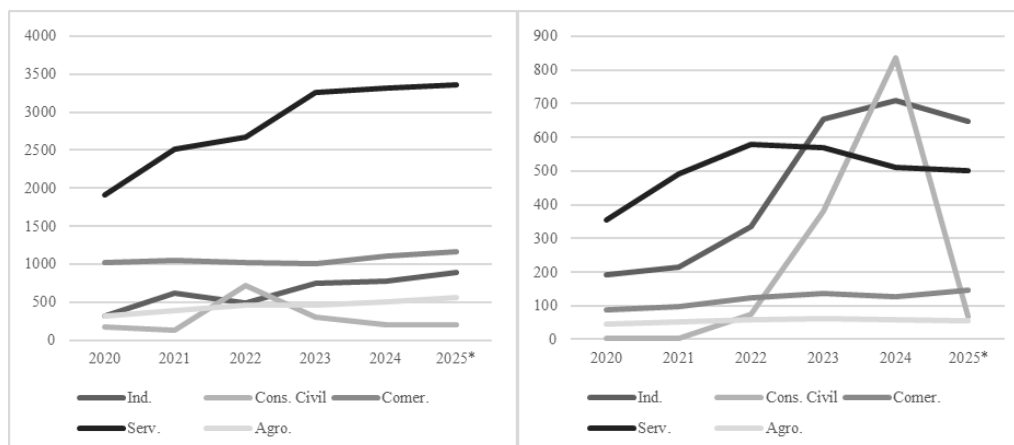


Fonte: RAIS/MTE; CAGED/MTE. Elaboração Própria, 2026.

*Dados calculados a partir do saldo de empregos do CAGED para o ano de 2025

Porém, o crescimento do emprego formal em Araçuaí a partir de 2020 foi alavancado pela expansão dos vínculos nos serviços públicos (Gráfico 2). Os empregos na indústria aumentaram, mas ficaram abaixo dos empregos no comércio que apresentaram pequena flutuação nos últimos cinco anos (Gráfico 2). Já em Itinga, os empregos formais são responsáveis pela ocupação de um percentual bem baixo da população economicamente ativa, isso está relacionado ao fato de que, em 2022, o município possuía 37,8% da população residindo na área rural, um percentual bastante elevado quando comparado ao percentual estadual (11,8%) e nacional (12,6%) (IBGE, CENSO 2022).

Gráfico 2 – Evolução dos empregos formais por setor econômico - Araçuaí e Itinga - 2020 a 2025



Fonte: RAIS/TEM; CAGED/MTE. Elaboração Própria, 2026.

*Dados calculados a partir do saldo de empregos do CAGED para o ano de 2025.

Cabe salientar que em Itinga, a instalação do empreendimento teve um impacto maior no mercado de trabalho formal, em que pese ser ainda muito pequeno. Na análise por setores (Gráfico 2), é possível observar uma elevação dos empregos na indústria e na construção civil, após 2022. Mas no setor da construção civil, no qual são registrados parte dos trabalhadores da mina, observa-se uma queda expressiva em 2025, decorrentes da paralisação de uma parte das atividades da mineradora *Sigma Lithium*. Em 2025, o município perdeu 824 postos de trabalho¹⁴. Isso evidencia que parte importante dos postos de trabalho criados pela atividade minerária apresentam grande instabilidade, sendo facilmente afetados por problemas de gestão das empresas e/ou instabilidades no mercado mundial. Assim, os números apresentados acima, em termos de empregos formais, em nada se aproximam às promessas e anúncios realizados pelos empreendimentos.

¹⁴ No final de 2025, 500 trabalhadores(as) foram demitidos pela empresa Fagundes Construção e Mineração, terceirizada da Sigma Lithium, que teve seu contrato rescindido possivelmente pela falta de repasse financeiro da contratante (Brasil Mineral, 2025). Nesse mesmo período, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) interditou pilhas de rejeitos da mina Grotta do Cirilo em razão dos riscos estruturais que ameaçavam a vida de trabalhadores(as) e das comunidades do entorno (MTE, 2026), medida que foi refutada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) através de parecer técnico (Minera Brasil, 2026).

4. Considerações Finais

A temática central deste texto conduziu uma discussão sobre a narrativa em torno da geração de trabalho na mineração de Lítio no Vale do Jequitinhonha, articulando elementos históricos, como a relação de agrego e a migração sazonal de trabalhadores(as) rurais, com dinâmicas contemporâneas associadas à expansão da mineração extrativista. Nesse percurso, foi possível observar a presença de projetos de desenvolvimento econômico do Estado e de empresas que, ao incorporarem estratégias de “gestão social” por meio de projetos para a geração de empregos, buscam se consolidar no território. Além disso, também se evidenciou a instabilidade desse setor econômico, característica que se insere no quadro apontado por Bertollo (2019, p. 165), ao demonstrar que “as relações de trabalho na mineração extrativista são pautadas na superexploração da força de trabalho conformada prioritariamente pelo pagamento de baixos salários, prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, terceirização e acidentes de trabalho”.

Ao passo que se fecha esse trabalho, ainda há muito a ser discutido sobre a temática aqui proposta, inclusive através de análises mais robustas e comparativas relacionadas a remuneração da mineração de lítio no Médio Jequitinhonha e outros polos minerários. Desse modo, esta investigação não pretende encerrar o debate, mas contribuir para sua ampliação e abertura de novos estudos.

5. Referências

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Governo de Minas firma mais uma parceria para gerar empregos, renda e desenvolvimento no Vale do Lítio**. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-firma-mais-uma-parceria-para-gerar-empregos-renda-e-desenvolvimento-no-vale-do-litio> Acesso em 08 mai. 2026.

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Jequitinhonha colhe resultados econômicos com o Programa Vale do Lítio**. 2025. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/jequitinhonha-colhe-resultados-economicos-com-o-programa-vale-do-litio> Acesso em: 08 mai. 2026.

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Vale do Lítio: projeto estratégico do Governo de Minas celebra dois anos transformando vidas na região**. 2025. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/vale-do-litio-projeto-estrategico-do-governo-de-minas-celebra-dois-anos-transformando-vidas-na-regiao> Acesso em: 08 mai. 2026.

ALMEIDA, Clebson. **Território de água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.120, de 5 de julho de 2022. **Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

BRASIL MINERAL. **Fagundes deixa a região do Vale do Jequitinhonha. Brasil Mineral**. 2026. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/fagundes-deixa-regiao-do-vale-do-jequitinhonha> Acesso em: 11 mai. 2026.

BERTOLLO, Kathiúca. **Mineração e Superexploração da Força de Trabalho: Análise a partir da realidade de Mariana-MG**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

DENEULT, Alain. As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas. In: ACSELRAD, Henri (org). **Políticas Territoriais, Empresas e Comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

INVEST MINAS. **Desenvolvendo um futuro sustentável: conheça as iniciativas sobre transição energética em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2024.

LEITE, Ana Carolina. **Expansão Capitalista no Vale do Jequitinhonha: Pautas para a discussão do problema da acumulação primitiva**. Revista Pegada, vol. 16, n. 2 179, 2015.

LEITE, Ana Carolina. **O planejamento regional às políticas territoriais: padrões territoriais da mobilização à crise do trabalho**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 39, p. e55293, 2021. DOI: 10.12957/geouerj.2021.55293. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/55293>. Acesso em: 07 mai. 2026.

MARX, Karl (ed.). **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINERA BRASIL. **ANM atesta segurança das pilhas de estéril e rejeito da Sigma Lithium**. 2026. Disponível em: <https://minerabrasil.com.br/anm-atesta-seguranca-das-pilhas-de-esteril-e-rejeito-da-sigma-lithium/2026/02/04/> Acesso em: 11 mai. 2026.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Ministério do Trabalho mantém interdição de pilhas de rejeito da Sigma**. 2026. Disponível em: <https://www.ministeriotrabalho.org/risco-grave-ministerio-do-trabalho-mantem-interdicao-de-pilhas-de-rejeito-da-sigma/> Acesso em: 11 mai. 2026.

OBSERVATÓRIO DOS VALES E DO SEMIÁRIDO MINEIRO. **Nota Técnica Nº**

01/2024 – Processos Minerários no Jequitinhonha e no Mucuri, análise da substância lítio. Diamantina, MG: UFVJM, em prelo.

OLIVEIRA, Raquel *et al.* **O lítio na governança do clima: geopolítica empresarial, desregulação e efeitos derrame.** Revista Campo de Públicas, FJP, Belo Horizonte, v. 4, n.2, p. 147-177, 2025.

OLIVEIRA, Letícia; SULZBACHER, Aline. Mineração e conflitos territoriais no semiárido mineiro: uma análise dos processos minerários. In: **VIII CBG**, 2024, São Paulo. Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, 2024.

PAIM, Elisangela; FURTADO, Sabrina (org). **Em nome do clima: mapeamento crítico, transição energética e financeirização da natureza.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024.

SANTOS, Pedro; PEREIRA, Ricardo. **O impacto da reforma trabalhista brasileira de 2017: Políticas Neoliberais, Precarização e Alienação do Trabalhador.** Revista Tópicos, v. 2, n. 15, 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Vale do Lítio: Projeto Estratégico - Relatório de Resultados.** Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2025.
SILVA, Maria Aparecida. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOARES, Geralda. **Na trilha guerreira dos Borun.** 2. ed. Belo Horizonte MG: Associação Metodista do Colégio Isabela, 2010.

SOUZA, Lauanda. **Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha.** 2022. 132p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

SOUZA, Lauanda; STOCCO, Aline; SULZBACHER, Aline. **A criação do “Vale do Jequitinhonha”:** análise da formação histórica e seu processo de regionalização. Boletim Campineiro de Geografia, v. 14, n. 1, 2024.

SULZBACHER, Aline; ALMEIDA, Clebson; ANSANI, Carolina; LOVO, Ivana; STOCCO, Aline. Quem paga a conta do progresso? Capitalismo, expropriações e mineração nos territórios do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). In: GAZZINELLI, Juliana; MOTA, Sarita; SARMET, Gabriela (org.). **Mineração, água e território: conflitos sociais e injustiças ambientais.** 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 209–234, 2025.